

Quércia quer um plebiscito nacional para definir o sistema de Governo

BAURU e IBITINGA, SP — O Governador de São Paulo, Orestes Quércia, defendeu ontem a realização de um plebiscito nacional para saber se os eleitores brasileiros desejam ou não a mudança do sistema de governo de presidencialista para parlamentarista.

— O que eu acho, mesmo, é que o plenário da Constituinte deveria aprovar a manutenção do presidencialismo. Mas como há muita indefinição deveria ser feito um amplo plebiscito para saber o que o povo quer. Precisamos atender às aspirações da população — afirmou.

Para ele, não é com a mudança do sistema de governo que o Brasil resolverá os seus problemas econômicos.

— Por causa das circunstâncias políticas — afirmou o Governador — acredito que o regime ideal para o País é o presidencialista. O regime parlamentarista pode trazer muita intranquilidade e muita insegurança e nós estamos em um processo muito importante, em que é imperativo resolver os problemas que afetam o povo para que possamos superar as dificuldades econômicas.

Orestes Quércia declarou, também, que é preciso consolidar-se a transição política. Essa consolidação, explicou, somente será possível com instituições políticas fortes.

Um repórter indagou se a indefinição quanto ao sistema de governo e a crise política criada pela Comissão

de Sistematização da Constituinte ao aprovar a redução do mandato do Presidente Sarney para quatro anos poderiam levar a um golpe de Estado. O Governador respondeu:

— Num país subdesenvolvido vive-se sempre sob o fantasma de golpe. No Brasil temos de tornar as instituições fortes justamente para evitar esse risco de golpe. Mas acredito que o Brasil não corre no momento qualquer risco de golpe de Estado.

Segundo Quércia, a questão da duração do mandato do Presidente José Sarney é fase superada depois da decisão dos parlamentares de fixarem o período de quatro anos. Ele acha, entretanto, que Sarney não deve par-

tir para atitudes de retaliação contra os constituintes que votaram pela redução do mandato.

— Acredito — disse — que a retaliação é inadmissível. O Presidente gostaria que o seu mandato fosse de cinco anos. Eu, pessoalmente, tenho a mesma opinião, porque estamos atravessando a fase da Constituinte, um período de consolidação da transição democrática. Mas, de qualquer forma, temos de respeitar a Constituinte. Se o Presidente tiver que fazer qualquer tipo de modificação no Governo, ele tem esse direito, porque é o dono do poder. Entendo que o momento é de somar e o PMDB e a PFL devem dar a sustentação necessária ao Presidente da República.